

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 16-12-2019.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às dezesseis horas e trinta e seis minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum deliberativo, a Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a sessão, registraram presença Eng^o Comassetto, Giovane Byl e João Bosco Vaz. Foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia dezesseis ao dia dezenove de dezembro do corrente, tendo a Presidente declarado empossado na vereança, pelo mesmo período, Giovane Byl, informando-o que integraria a Comissão de Constituição e Justiça. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19 (Processo n^o 0553/19), após ser discutido por Adeli Sell, Reginaldo Pujol, Idenir Cecchim, Professor Wambert, Cassiá Carpes, Mauro Zacher, Ricardo Gomes, Felipe Camozzato, Valter Nagelstein, Paulinho Motorista, Cassio Trogildo, Cassio Trogildo, em tempo cedido por Luciano Marcantônio, Eng^o Comassetto, Márcio Bins Ely, Airto Ferronato, Comandante Nádia e Dr. Goulart. Foram apregoadas as seguintes emendas e subemenda ao Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19: Emendas n^{os} 20 e 21, assinadas por Felipe Camozzato; Subemenda n^o 01, assinada por Ricardo Gomes, à Emenda n^o 21. Foram apregoados os seguintes Requerimentos, solicitando votação em destaque para emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19: de autoria de Ricardo Gomes, para a Subemenda n^o 01 aposta à Emenda n^o 21; de autoria de Felipe Camozzato, para as Emendas n^{os} 20 e 21; de autoria de Márcio Bins Ely, para as Emendas n^{os} 01 e 06 e para as subemendas a elas apostas. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Professor Wambert, solicitando a retirada do pedido de votação em destaque para as Emendas n^{os} 01 e 06 apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19. Foi aprovado Requerimento de autoria de Márcio Bins Ely, solicitando a retirada do pedido de votação em destaque para as Emendas n^{os} 01 e 06 apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19 e para as subemendas a elas apostas. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Mônica Leal, solicitando alterações na ordem de apreciação das emendas e subemendas apostas ao Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda n^o 20 aposta ao Projeto de Lei do Executivo n^o 027/19, por onze votos SIM e vinte votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, Professor Wambert e Ricardo Gomes, em votação

nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Reginaldo Pujol, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Roberto Robaina. Foi votada destacadamente e rejeitada a Emenda nº 21 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/19, por seis votos SIM e vinte e seis votos NÃO, após ser encaminhada à votação por Felipe Camozzato, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Em continuidade, Professor Wambert, Adeli Sell, Cassio Trogildo, Márcio Bins Ely, Valter Nagelstein e Felipe Camozzato encaminharam o Projeto de Lei do Executivo nº 027/19 à votação. Foram votadas conjuntamente e aprovadas as Emendas nºs 01, 02, 04, 05, 06, 07, 13 e 18 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/19. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 aposta à Emenda nº 01 ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/19, por doze votos SIM e vinte votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Lourdes Sprenger, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Karen Santos, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina. Foi rejeitada a Subemenda nº 01 aposta à Emendas nº 06 ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/19, por quinze votos SIM e dezessete votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mônica Leal, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Roberto Robaina e Valter Nagelstein e Não Adeli Sell, Airtto Ferronato, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert e Reginaldo Pujol. Foram votadas conjuntamente e rejeitadas as Emendas nºs 03, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17 e 19 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 027/19. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 027/19, por vinte e sete votos SIM e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Felipe Camozzato, tendo votado Sim

Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Roberto Robaina e Não Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes e Valter Nagelstein. Foi apregoada a Emenda nº 01, assinada por Felipe Camozzato, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 092/18 (Processo nº 1030/18), e foi aprovado Requerimento de autoria de Felipe Camozzato, solicitando que essa emenda fosse dispensada do envio à apreciação de comissões permanentes. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por João Bosco Vaz, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Durante a sessão, Mauro Pinheiro manifestou-se acerca de assuntos diversos. Às dezoito horas e cinquenta e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Ricardo Gomes, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada às dez horas do dia dezoito de dezembro do corrente. Os trabalhos foram presididos por Mônica Leal e Mendes Ribeiro e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP) – às 16h36min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

O Ver. Cláudio Janta solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 16 a 19 de dezembro de 2019. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Mesa declara empossado o Ver. Giovane Byl, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Constituição e Justiça.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0553/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 027/19, que regulamenta o serviço de utilidade pública de Transporte Escolar no Município de Porto Alegre previsto na Lei Municipal nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998; e revoga a Lei nº 6.091, de 14 de janeiro de 1988, a Lei nº 6.393, de 12 de maio de 1989, e a Lei nº 8.206, de 16 de setembro de 1998.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Adeli Sell: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto, das Emendas nºs 01 a 08, da Subemenda nº 01 à Emenda nº 01, da Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 e das Emendas nºs 09 a 19.

Observações:

- com Emendas nºs 01 a 19, com Subemenda nº 01 às Emendas nºs 01 e 06;
- incluído na Ordem do Dia em 16-12-19 por força do art. 95 da LOM.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em discussão o PLE nº 027/19. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores; senhoras e senhores do transporte escolar, sejam bem-vindos. Este é um projeto complexo, mexe com um conjunto de questões legislativas que, inclusive, podem ter interferência na legislação federal, mas, como é um projeto da municipalidade, nós temos que tomar alguns cuidados para que ele seja um projeto legal, constitucional. Eu quero agradecer aos meus colegas da Comissão de Constituição e Justiça que acompanharam o meu relatório aprovando 8 emendas do Ver. Professor Wambert, 11 minhas, de relatoria, e as subemendas do Ver. Bins Ely. O governo, ou algumas pessoas da base, têm dito que é impossível decidirmos de igual jeito as 19 emendas. Eu diria o seguinte, colegas vereadores: pela complexidade do assunto e pela forma como construímos as emendas – Wambert, Bins Ely e Adeli –, acho que o projeto garante esse tipo de trabalho de mais de 600 operadores de transporte coletivo; dá segurança jurídica; não haveria questionamentos na justiça, fossem aprovadas assim, todas as nossas emendas; no entanto, se houver dúvidas, o Ver. Wambert pode explicar – ele fez um apanhado das suas 8 emendas e das 11 emendas que fez. A mais importante, que interessa ao conjunto deles, é, sem dúvida nenhuma, a Emenda nº 18 – as outras emendas também são importantes. Eu gostaria, para o bem dessa categoria profissional, para a segurança jurídica e também a segurança das crianças e jovens – esse é um transporte que não pode ser feito à moda Miguelão, não pode ser feito por qualquer pessoa. Se as senhoras e os senhores conversarem com as cidadãs e os cidadãos aqui, vocês vão verificar, são pessoas qualificadas, que têm relação com aquela escola, que sabem o itinerário, porque é o seguinte: não é um itinerário que a municipalidade decide. Não, é um contrato entre particulares. Esse devia ser o princípio básico, Ver. Idenir Cecchim, para que a gente pudesse ter a verdadeira lei, um contrato entre partes – as partes têm que se acertar. Esse é o centro, esse é o fulcro da questão. Eu espero que os meus colegas vereadores e vereadoras caminhem nessa linha. Nós não vamos prejudicar uma categoria tão importante, que tem que ter todos esses cuidados. Nós sabemos que hoje, numa cidade, Ver. Pujol, do tamanho de Porto Alegre, o transporte escolar é muito importante, porque a criança conhece o tio, a tia, a motorista que vai estar trabalhando. O diretor da escola, a professora conhece as pessoas. A gente já sabe mais ou menos o itinerário; até pode

mudar, em um dia ou outro, uma rua, por algum problema ou outro, mas esse é um transporte especial, não pode ser feito, como eu disse, a deus-dará. Então, eu queria apelar porque nós fizemos um estudo pormenorizado, por isso que deu tantas emendas. Eu me guiei muito pelas primeiras emendas do Wambert, que é doutor em direito, eu sou apenas um aprendiz. Por isso que eu queria que os colegas nos acompanhassem, para resguardar essa magnífica categoria do transporte escolar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR REGINALDO PUJOL (DEM): O pronunciamento do Ver. Adeli Sell é perfeitamente entrosado com a decisão que tomamos na Comissão de Constituição e Justiça, quando analisamos este projeto. Na verdade, em todos os estudos que fizemos e que foram muitos sumários, dada a pressa que tinha que ser votado, a maioria dos votos aprovou o relatório do Ver. Adeli Sell com a expressão “com ressalva quanto ao mérito”. O mérito foi durante o período em que o Ver. Adeli Sell e o Ver. Professor Wambert puderam examinar a matéria, objeto de 19 emendas, sendo 11 de autoria do Ver. Adeli Sell, como relator, e 8 do Ver. Professor Wambert, cujo nome político e parlamentar a esse professor lhe credencia a opinar sobre essa área. Obviamente que nós aprovamos este projeto e tínhamos uma dúvida muito séria: saber se a categoria diretamente interessada tinha sido ouvida sobre esse tema. E hoje, para minha tranquilidade, eu vejo aqui uma comissão ampla, constituída de operadores do sistema em várias áreas de Porto Alegre, apoiando o projeto, pedindo para que ele seja votado hoje, pedindo para que ele seja aprovado e pedindo que lhes assegurem que esse fruto dessa negociação, digamos, de última hora não será objeto de restrições na área do Executivo. Eu quero, então, declarar aqui da tribuna, com toda a segurança, que vou votar com o projeto, com as emendas do Adeli, com as emendas do Professor Wambert e com o compromisso de mantê-los até o fim, se possível, evitando qualquer restrição que surja da parte do Executivo. Então, esse compromisso eu quero assumir, porque quero homenagear essa comissão de operadores do sistema que aqui estão presentes, porque nos dizem que houve uma comissão onde foi discutido amplamente este projeto e que o mesmo, com as emendas que foram apresentadas, corresponde à expectativa da categoria. Ora, se o projeto corresponde às expectativas da categoria, se o governo quer e se os vereadores estudaram na Comissão de Constituição e Justiça, propuseram modificações, acrescentaram 19 emendas, se tudo isso ocorreu, por que não aprovar? Por isso, venho publicamente dizer que voto tranquilamente pela aprovação do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, transportadores responsáveis, eu acho que... Eu vou esperar um pouquinho, Presidente, até que o pessoal faça a reunião...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores que estão nas galerias, por favor, solicito silêncio para que o vereador que está tribuna possa fazer o seu pronunciamento. Vereadores, colaborem com o colega que está na tribuna, ele está solicitando.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Não tem problema, eles estão conversando para esclarecer. Mas eu queria dizer para vocês...

Agora até os assessores estão discutindo lá, então...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras que estão nas galerias, o vereador está na tribuna e solicita silêncio para que possa continuar a sua manifestação.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Eu estava dizendo que eu tenho uma filha, só que agora ela tem 37 anos e já tenho um netinho. Eu me lembro muito bem do tio Roni, que levava minha filha lá para o Santa Doroteia; depois, para o Dom Bosco, e eu ficava em casa sempre tranquilo, porque entregava filha ao veículo escolar e sabia que tinha um responsável por ela, um responsável da porta da minha casa até o colégio, do colégio até a porta da minha casa. Eu não tenho notícia de algum acidente grave com veículo escolar, nenhum. Eu não tenho notícia que tenham usado veículo sem freio, com problema de direção, com problema de amortecedor. Os veículos escolares são muito bem cuidados e muito bem limpos. Eu acho que esse contrato entre o dono do transporte escolar e o pai da criança seria o suficiente, não precisaria nada de intervenção pública, mas o que nós estamos fazendo hoje aqui é dar tranquilidade para quem é do transporte escolar, para dar tranquilidade para os pais das crianças, e, segurança para as crianças. Eu não tenho dúvida nenhuma de que nós vamos votar este projeto para o bem da cidade, porque a cidade é o futuro, e o futuro são as crianças e os jovens também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Sra. Presidente, colegas vereadores, eu quero, na esteira do que falou que o Ver. Adeli Sell, lembrar os colegas que existem alguns equívocos neste projeto. Nós estamos tratando de uma relação privada, de um contrato privado que, evidentemente, tem que ter o olhar do Estado. Evidentemente, envolve segurança, envolve o bem-estar das nossas crianças, mas tem

um excesso regulatório neste projeto. Eu peço a atenção dos colegas, tem injustiças gravíssimas. Uma delas, para se ter ideia, é a incapacidade de transmissão. Então, se o atual prestador do serviço, segundo este projeto, ficar incapaz, a sua família vai morrer de fome, pois não é um negócio de família, é uma aberração, como se fosse uma concessão pública. Não é, senhores, não é. Então, mesmo aqueles que são os liberais da Casa, inclusive da nova bancada do Partido Liberal, que a gente fique atento para o excesso de regulação que tem no projeto. Eu faço um apelo, Ver. Camozzato e Ver. Ricardo Gomes, ainda que votem contra o projeto, por favor, nos ajudem a aprovar as emendas, porque as emendas mitigam a força do Leviatã, deste Estado onipotente e superpoderoso que quer interferir, de forma violenta e imoral, numa atividade privada.

Eu faço um apelo aos colegas, eu estou à disposição, são várias emendas, existe a Emenda nº 18 do Ver. Adeli Sell. Quero, também, dizer que nós nos reunimos com a categoria e que essas emendas, apesar dos comentários elogiosos de muito colegas, o que muito me envaidece, foram construídas com categoria em assembleias. Eu não tirei da minha algibeira, eu não tirei do meu bolso, eu conversei com quem entende, com quem está trabalhando, com quem está no dia a dia. Ao contrário do que possa parecer, eu não tenho protagonismo da causa. O Ver. Cassio Trogildo está envolvido no tema, assim como o Ver. Adeli Sell e tantos outros; o Ver. Cecchim se manifestou, há pouco, também, o Ver. Pujol se manifestou há pouco. Eu não sou o Brancaleone, não é o exército de um homem só, eu apenas prestei um serviço à sociedade, apresentando as emendas que são da categoria. Faço um apelo aos colegas, para que olhem com atenção cada emenda, porque essas emendas diminuem o impacto na vida privada dessas pessoas que estão há 20, 30 anos prestando um serviço que é de ordem privada; de utilidade pública, sim, mas de natureza privada! Existem graves injustiças no projeto, então quero me colocar, colegas vereadores, à disposição, ao longo da discussão das emendas. A minha assessoria está pronta para responder as dúvidas sobre cada emenda. Então, se os colegas tiverem alguma dúvida, alguma questão, nós estamos inteiramente à disposição para fazermos um atendimento individual e explicarmos ao colega vereador a natureza da emenda, a importância dela e o que ela significa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PTB): Quero saudar a Ver.^a Mônica, Presidente da Casa; saudar as vereadoras, os vereadores, o pessoal que está nas galerias que tem relação com o projeto que nós estamos discutindo, que regulamenta o serviço de utilidade pública de transporte escolar, pelo qual nós temos uma grande admiração, porque os nossos filhos também foram levados por vocês com muito carinho, com muita dedicação, e é isso que nós queremos; e do outro lado, estão lá os cobradores de ônibus da cidade de Porto Alegre.

Permitam-me, antes falar do projeto, dizer que novamente eu estou triste nesta Casa, pois tem vereador que lá na votação do IPTU mudou a casaca, e o pior, saiu do plenário, veio outro vereador suplente e trocou de partido no próprio plenário. Isso é uma vergonha, gente! Isso é uma vergonha para o Parlamento Municipal! Hoje nós estamos vendo a mesma coisa. É por isso que quem não entende por que não se dá quórum, eu digo que é porque as coisas estão viciadas. E viciado com o sistema viciado não se vota. Isso é uma vergonha! Eu saio envergonhado, novamente, daqui! Está chegando ao final do ano e nós vamos ter mais surpresas aqui! Vamos ter mais surpresas que vão manchar esta Casa e vão manchar muitos vereadores. Votar contra ou a favor, tudo bem; mas fugir do plenário e ainda ser substituído por alguém que troca de partido no plenário e ainda vem votar diferente, isso, me desculpem, mas não aceito.

Voltando ao projeto que estamos discutindo, eu acho que o projeto é bom, nós temos mais de 18 emendas que vamos discutir. Peço a vocês, com o maior carinho, que nos digam quais as emendas que são boas para vocês, que aperfeiçoam o projeto, que melhoram o projeto, essa é a nossa atribuição. O governo fez a parte dele mandando para cá, e agora nós vamos discutir também emenda por emenda – a maioria dos vereadores Wambert e Adeli –, para que nós possamos chegar a um consenso para melhorar o projeto. Essa é nossa atribuição! Embora o projeto seja do Executivo, nós, do Legislativo, podemos modificar, alterar, enfim, e é nesse sentido que nós estamos aqui. Dá para melhorar? Claro que dá! E nada melhor do que opinião de vocês que conhecem o dia a dia, as dificuldades, as coisas boas.

Todos os dias de manhã, às 6h45min encosta uma lotação parecida com a de vocês e me tira o sono – embora normalmente eu acorde antes disso –, e eu nunca reclamei daquela lotação que para na frente da minha janela no meu condomínio. Nunca reclamei, pois entendo que ele está fazendo um trabalho excepcional levando o filho do meu vizinho, e os meus já estão grandes, não precisam mais disso, mas eu compreendo a situação, e é esse carinho que é trazer o filho de alguém que sabe que vai e volta com segurança, e é nesse sentido que nós estamos a favor de vocês. Um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Presidente Mônica Leal, colegas vereadoras e vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara e os amigos do transporte escolar que estão aqui nas galerias; eu quero citar também os rodoviários aqui nossas galerias. Quero citar o nome de duas pessoas que, para mim, que há muito tempo lutam e são muito especiais para mim, amigos pessoais, a Sônia, que está aqui presente, uma guerreira, recentemente pude homenageá-la aqui na Casa, depois daquele vídeo tão bonito com a rede Zaffari, e o Tiago. O resultado da tarde de hoje é fruto de muitas reuniões que partiram deles e de outros colegas que vinham junto - desculpa, eu não quero esquecer o nome de ninguém –, que resultaram nos primeiros

encontros lá na EPTC. Havia um conflito com o sindicato – imagino que esteja solucionado – e a associação, uma desconfiança de ambos os lados pelos interesses que estavam em jogo, e é natural isso, mas eu acho que chegamos a um caminho comum. A tarde de hoje pode significar na aprovação de uma legislação, se nós conseguirmos aprovar as emendas que também estão aqui colocadas, num projeto que chegue, pelo menos, próximo daquilo que todos nós esperávamos. Então, é fruto de uma bela caminhada, e eu quero aqui reconhecer o esforço e poder, hoje, então estar votando com vocês. Quando a gente regulamenta, e eu acho que essa atividade tem que ser regulamentada, não há como não ser porque estamos tratando de transporte essencialmente de crianças, basicamente, ou na sua maioria, de crianças. Imagino eu que tenha que ser regulamentado. Quanto se regulamenta, através da legislação, evidentemente que o Município ou o Estado já aproveitam para também conseguir, não só regulamentar, mas também acabar taxando para arrecadar com esse tipo de serviço. Sempre o receio que a gente tem, quando a gente taxa um serviço, que isso será repassado ao consumidor. O custo da regulamentação são as taxas impostas pelo governo que, evidentemente, quem pagará são vocês. Na verdade, quem pagará são os pais, através das matrículas, sem nenhuma dúvida, e isso vai encarecer o serviço. Mas é o preço que se tem para que se possa oferecer serviço de qualidade e não permitir que uma concorrência venha a degradar o preço e o serviço. Se eu não regulamento, eu deixo que qualquer um vá com uma *van* lá na frente do colégio para oferecer o serviço e a disputa vai ser qual? O preço, não a qualidade e a segurança que os pais querem, e a qualidade e o preço que vocês precisam para oferecer um serviço de qualidade. Diante disso, eu faço aqui uma provocação muito boa aos liberais: muitas vezes o estado também cria mercado, Sgarbossa – o estado cria mercados –, e, na verdade, não existiria mercado se não tivesse estado e não existiria estado se não tivesse mercado. Um pode convergir, harmoniosamente, em muitos casos, com o outro, e esse é um caso essencial.

Então eu espero que o projeto de lei esteja atendendo à necessidade de vocês e que nós possamos debater emenda a emenda, para que a gente possa qualificar o projeto e que a gente possa vencer essa pauta antiga, que é demandada por vocês, que há uma ação de inconstitucionalidade em cima da legislação atual que deixava um grande vazio e uma grande insegurança jurídica para quem opera no dia a dia, que quer fazer investimento novo, que quer comprar um carro novo para poder oferecer serviço de qualidade e melhorar o serviço, pois, na verdade, está fazendo o quê? Melhorando o atendimento às nossas crianças. Diante disso, contem comigo, vocês sabem da parceria antiga, antiga, antiga que eu tenho com vocês, e espero que a tarde hoje possa contemplar a demanda, o desejo de vocês por ter uma regulamentação que garanta, que dê segurança para que vocês possam continuar a atividade e fazer os investimentos necessários para poder cada vez mais prestar um serviço de qualidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Vereador Ricardo Gomes está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sra. Presidente, senhoras e senhores, primeiro quero recordar sobre um fato que acho que é importante para a discussão desse projeto: o projeto foi protocolado sob regime de urgência; dos 45 dias que nós tínhamos para analisá-lo na Casa, ao menos 35 foram consumidos na Procuradoria da Casa. Depois veio à CCJ para análise, e não havia justificativa no projeto, que é um requisito formal para sua tramitação. Foi devolvido ao Executivo, que apresentou a justificativa; houve uma votação na CCJ, acelerada, apenas para que houvesse uma manifestação da Comissão antes de o projeto vir a plenário, na qual a maioria dos vereadores votou com restrições. Eu quero dizer que não me sinto plenamente informado para aprovar um projeto que reestrutura todo um serviço dentro de Porto Alegre, e mais: um serviço que hoje funciona e funciona bem. Não entendo, até porque a justificativa não esclarece quais são os problemas que o projeto visa sanar. Não consta na justificativa. Está sendo tratado o transporte escolar, que é uma relação contratual, como se fosse um serviço estatal – é isso o que o projeto faz. O que está dito neste projeto é que há requisitos que serão dados por decreto, a bel-prazer do prefeito, seja o prefeito quem for. Amanhã, o prefeito – este ou outro – decide que os veículos têm que ter até dois anos de idade, toca um canetaço, e acabou, todo mundo tem que trocar o veículo porque o prefeito assim quis. Amanhã, o prefeito decide que cassará autorizações e as cassa numa precariedade... Não sei o que pensa o Executivo a respeito do projeto. Não foi esclarecido, não foi debatido, não foi dito.

(Manifestações nas galerias.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): E aqueles que vão, tenham em mente que, ao dizer que não foi debatido e esclarecido, que não é opinião só minha – há opiniões aqui que ainda não estão esclarecidas –, estas condutas não ajudam a conquistar a simpatia dos vereadores. É só um alerta.

De minha parte, vou dizer o seguinte: eu acredito, primeiro, que esse transporte não é desregulado, desregulamentado, aplica-se a ele o Código de Trânsito, aplica-se a ele o Código Civil, aplica-se a ele a responsabilidade civil, aplica-se a ele toda a legislação brasileira, aplica-se a ele o Código de Defesa do Consumidor, aplica-se a ele uma série de normas. Dizer que é um vácuo, que não há regulamentação, simplesmente não é verdade. Se eu empilhasse aqui a quantidade de leis que se aplicam a esse transporte, daria uma pilha deste tamanho. Portanto, há regulação. O que está se propondo é um excesso de regulamentação que cassa a liberdade do prestador de serviço, e essa é a minha opinião. Aí, dirão: a maioria da categoria decidiu. Pois a liberdade da minoria não pode ser cassada sequer pela maioria. Se fosse assim, nós estaríamos votando normas para que a maioria tire do mercado aqueles condutores que cobram mais barato, por exemplo. Não acredito na super-regulação como forma de solucionar eventuais problemas. Sabemos que o transporte escolar já não é barato, não atende a todas as classes sociais da cidade, atende a uma minoria. A quem interessa sobrecarregá-lo com mais custos ainda, torná-lo ainda mais caro, a quem interessa? Eu não vou contribuir...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): ...Eu não vou contribuir para o encarecimento de um serviço sem sequer o Executivo esclarecer quais são os problemas que quer solucionar com este projeto. Votarei, Ver. Professor Wambert, a favor das emendas que diminuïrem o impacto deste projeto, que é vil com um serviço que hoje funciona. (Palmas.) Votarei a favor das emendas que diminuïrem o impacto, mas não votarei a favor de um projeto que transforma um serviço privado numa permissão, numa autorização do poder público. Como disse Reagan sobre os democratas: parece que a política é assim – se algo se mexe, cobre imposto; se continuar se mexendo, regulamente; se parar, subsidie. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica; saudar novamente o público que nos assiste aqui e também meus colegas vereadores. Acho que foi brilhante a exposição do Ver. Ricardo Gomes. Obviamente, sou parte interessada, pois sou um liberal tal qual é o meu colega. Agora, eu gostaria de fazer a abordagem ainda um pouco sobre esse tema. Eu lembro, no ano passado, quando o Marchezan falou, Ver. Adeli, que queria o melhor táxi em Porto Alegre, de todo o Brasil, e propôs aqui, nesta Câmara, um projeto de regulamentação com uma série de normas, novos regramentos, tudo mais, para tornar o táxi o melhor táxi do Brasil. O que aconteceu? Engessamos mais ainda o táxi, fizemos algumas pequenas desregulamentações, porque a Câmara contribuiu para isso, não porque o Executivo queria, e hoje os táxis voltam à Câmara para dizer: tirem-nos as amarras, nos deixem trabalhar. O setor público, a Prefeitura comanda o transporte coletivo. Hoje, com este projeto, basicamente o que ela quer é transformar o transporte escolar em transporte público, tal qual é o transporte coletivo. Algumas regras diferentes, mas o teor do texto é basicamente determinar sobre que regras, quais são os mínimos detalhes da operação, quanto vão pagar de mensalidade esses empreendedores. E pior, não está isso no projeto de lei, está dito que será por decreto. Por decreto significa dizer o seguinte: “Marchezan, pegue um cheque em branco e determine, a teu bel-prazer, quais serão as regras pelos próximos anos”. Muda a Prefeitura, o novo prefeito faz um novo decreto; muda o secretário responsável pela EPTC, muda o decreto. Que insegurança jurídica é essa que nós, aqui na Câmara, daremos aos empreendedores desse setor? Não podemos ser complacentes com isso. Pior, institui taxas ainda por cima, TGO; no momento que institui uma taxa de gerenciamento operacional, basicamente caracteriza o serviço como um serviço de utilidade pública, mas gerenciado pelo poder público tal qual são os

outros que estão em derrocada, Ver. Wambert. Por isso eu me somo ao que falou aqui e votarei a favor de todas as emendas que diminuam amarras, burocracias, reduzam custos e permitam dar mais liberdade para quem empreende, para quem trabalha.

Durante parte da minha infância, eu andei de Kombi escolar, está aqui a Rosane, que me transportou, a tia Rosane. O filho dela foi meu colega de colégio, eu conheci muito na prática o que é o dia a dia desse trabalho. Minha mãe é amiga da Rosane até hoje, talvez não tenham mais contato como tinham naquela época, mas eu sei que o contrato entre pessoa física e um prestador de serviço privado funciona, funcionava muito bem. Não precisamos meter governo nessa história e dar-lhe um cheque em branco para que determine se a minha mãe pode contratar a tia Rosane, ou sobre que regras vai poder contratar e obrigar a tia Rosane a pagar, pelo menos, R\$ 70,00 mensais, para poder se dizer autorizada a trabalhar. Eu acho isso uma excrescência. Tal qual eu não acreditava quando o Marchezan falou que traria o melhor táxi para Porto Alegre, eu não acredito que ele vá melhorar a vida dos transportadores escolares. Acredito que, por trás de boa intenção, pode ser até bem-intencionado, virá uma mão pesada de regulamentação, burocracia, custos, o que, no final das contas, dificultará a vida de todo mundo, prejudicará as crianças, em última instância, colocará todos os empreendedores desse setor na insegurança de não saber que governante virá e que ideias ele terá para prejudicar o nosso transporte. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Senhoras e senhores, eu quero dizer que não é de hoje que eu já tenho algum contato, alguma relação com o pessoal do transporte escolar.. Quando eu era presidente da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, recebemos uma comissão que nos pediu, e a gente promoveu uma alteração para aumentar a vida útil dos veículos do transporte escolar. Da mesma forma, fizemos naquelas pequenas *vans*, que faziam lanches, que eram, na verdade, umas *Towners*; também aumentamos em dois, três anos a vida útil para facilitar a vida de micro e pequenos empreendedores, que estão na lida, lutando para ganhar vida. Eu trouxe esse material porque essa é uma outra luta de algum tempo. No início desse governo, vocês lembram que, na outra eleição, houve um embate entre duas candidaturas, e o prefeito Marchezan disse que a primeira coisa que ele faria era demitir o Cappellari, porque havia uma indústria da multa em Porto Alegre. Pois eu lutei, durante 8 meses para abrir a tal da caixa preta da EPTC; fiz um pedido de informações, que o vereador tem direito de fazer – mandei para lá, e não vinha a resposta nunca. Eu tive que chegar no limite de fazer uma ameaça de entrar com uma ação judicial, um *habeas data*, para poder ter acesso à informação que é garantida ao vereador. E aí obtive a informação. No último ano da gestão Cappellari, foram R\$ 23 milhões em multas; no primeiro ano do governo seguinte - que eu tenho apoiado em várias questões,

e não apoio em outras - foram para R\$ 53 milhões em multas. Vejam, saiu de R\$ 23 milhões para R\$ 53 milhões, e, agora, foram R\$ 70 milhões em multas. Eu não quero, dito isso, desmerecer o trabalho de ninguém que está aqui, especialmente dos técnicos, porque quando eu levantei essa informação, muitos agentes de trânsito ficaram brabos comigo, disseram que eu estava inventando que eles estavam inventando multas. Mas eu quero ir na linha de colegas vereadores para dizer o seguinte: nós precisamos de menos cartório; nós precisamos de menos Estado; nós precisamos de menos burocracia; nós precisamos de mais liberdade para as partes. Aqui, no caso, é uma relação entre duas partes – família e prestador de serviço – para as partes poderem ter condições e a gente aliviar a vida das famílias. Não é botar mais custo! O que eu estou vendo aqui, senhores vereadores, com todo respeito, é mais um cartório, é mais um monte de exigências que pesam para quem tem que fazer a coisa acontecer, no caso, vocês. Multas, TGO, que é a taxa operacional – há pouco estava falando aqui com os cobradores; agradeço a informação que recebi deles, porque pude cobrar da EPTC. A EPTC, a Prefeitura, esse cartório que se chama Prefeitura, cobra 3% do valor da tarifa de taxa de administração – 3%! Se a Prefeitura tirar esses 3%, quanto é que barateia na passagem, pergunto a vocês? Por que, para vocês, agora, mais uma taxa de gerenciamento, quando, na verdade, o Ver. Camozzato aqui e o seu partido entraram com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade e derrubaram essa taxa, a tal da TGO? Hoje em dia, até os taxistas são contra os aplicativos, e eu até acho que em grande parte causou um desarranjo para o sistema de transporte coletivo e para outros, mas esse sistema é autorregulatório, porque, na verdade, quem usa o sistema sabe quando está funcionando e quando não está funcionando, troca. Eu estava usando o Cabify, se eu chamo o Cabify e não vem – e uso o táxi também – eu escolho, eu vou para o 99, ou vou para o Uber, e, se não estiver funcionando, eu volto para o táxi, ou, de vez em quando, eu pego o táxi. Agora, o que a gente não precisa, Srs. Vereadores, é de mais burocracia, é de mais entulho, é de mais poder, é de mais arbítrio, muitas vezes, porque, no caso específico do trânsito, se estabeleceu uma coisa que para mim é horrível, a presunção da boa-fé do agente público. Se ele disser que tu estás fazendo alguma coisa errada, aquilo é verdade absoluta, e a presunção da boa-fé do cidadão, que é um mandamento constitucional, essa foi para o espaço. Essa foi para o espaço! Não importa se vocês estão acordando às 5h da manhã para pegar, durante uma hora, uma hora e meia, duas horas e meia, as crianças, para ter cuidado com os filhos da gente – a burocracia é insensível com relação a isso. É essa burocracia que eu tenho combatido, que eu quero combater. Este Estado, cada vez mais eu descobri que ele é um leviatã para atender aos interesses de corporações, para atender aos cartórios, para atender quem está ganhando com isso. E quem está ganhando com isso não é quem está produzindo, por que 3% de taxa de administração do transporte para a EPTC? Se tirar esses 3%, resolve a questão de salário dos cobradores, que seriam os R\$ 0,05. Embora eu ache, tenho dito para eles, de forma muito franca, que, no futuro, a transição do modelo é não ter cobrador, é como no metrô; a gente vai chegar no guichê, vai comprar o cartão, vai carregar o cartão, vai entrar no ônibus, vai passar no leitor – eu já uso o Tri –, e vai acontecer isso. Esse é o futuro, o que nós temos que garantir é uma transição

respeitosa com os trabalhadores, evitando a demagogia que alguns fazem. Eu digo isso com muita franqueza a para eles, mas de novo eu digo o seguinte: tem que retirar esse cartório e esse peso...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): o Ver. Paulinho Motorista está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR PAULINHO MOTORISTA (PSB): Boa tarde, Presidente Mônica, vereadores e vereadoras, pessoal que nos assiste em casa, minha classe rodoviária que se faz presente aí – estaremos sempre juntos até o fim com certeza – e o nosso pessoal do transporte escolar, com quem também tenho uma grande ligação. Por 24 anos fui motorista de ônibus, do que me orgulho bastante, e convivi bastante com o pessoal do transporte escolar.

Já foi falado aqui sobre as emendas; temos que aprovar essas emendas para que o pessoal não seja sacrificado com isso, com esse projeto, porque, em vez de ajudar, a gente está atrapalhando o transporte escolar, que é muito importante para nossa cidade de Porto Alegre. Eu convivi bastante com o pessoal, cedo da manhã, trancados no trânsito, tentando se deslocar para pegar o aluno, porque ele tem o horário na escola, e esse trânsito cada vez pior, e a gente está tentando também agilizar isso para melhorar o transporte escolar que carrega as crianças. Eu estou vendo ali o seu Sérgio, Rosane, Dona Eloá e outros amigos. Muitas vezes passamos um pelo outro nesse trânsito brabo, quando está ali o transportador olhando o relógio, as crianças agitadas para chegarem na escola. Então a gente tem que construir aqui algo que vá melhorar e não piorar a vida do transporte coletivo, nem da nossa população. Por que vão mexer em algo que está dando certo e transformar em algo que vai dar errado com certeza? Deveremos aprovar essas emendas para que o transporte escolar continue com essa qualidade que tem. Eu sou testemunha, por 24 anos acompanhei toda a vida desse pessoal do transporte.

Eu estou falando aqui meu nome, em nome do Ver. Airto Ferronato, meu parceiro de bancada. A gente já conversou que vamos votar favoravelmente a essas emendas, porque essas emendas têm que ser aprovadas para que seja aprovado o projeto; se não forem aprovadas essas emendas, com certeza o projeto tem que ser rejeitado por nós. Já conversei com vários vereadores; essas emendas foram postas pelo Ver. Professor Wambert e pelo Ver. Adeli Sell – não sei se algum outro vereador também tem, mas, com todo respeito, está é uma construção, são 36 que se reúnem para ajudar a nossa população de Porto Alegre e os trabalhadores que precisam do nosso apoio aqui. Hoje estão aqui desde o início da sessão, assim como meus amigos rodoviários estão aqui, não é de graça que estão aqui, estão tentando correr atrás do prejuízo, o prejuízo está vindo contra e a gente está tentando empurrar ele de volta, Ver. Prof. Alex Fraga. O nosso trabalho é este, fomos eleitos para isso, continuaremos

conversando como a gente tem conversado com o pessoal do transporte escolar, com o pessoal do transporte coletivo. E a minha ideia é que a gente chegue agora, no final do ano, com notícias boas e não notícia ruim. Notícia ruim do desempregado, notícia ruim de ter mexido com transporte escolar que é tão importante, como já foi falado aqui, dos pais que entregam os filhos para vocês de manhã, de tarde, à noite com aquela confiança. Assim como está, eu sei que eu vou entregar o meu filho para Rosane, vou entregar o filho para Dona Eloá, eu sei que o filho está bem cuidado; com essa confusão como tu vai entregar se não se sabe quem vai estar amanhã trabalhando no colégio. É o João; amanhã é o Cláudio; amanhã é não sei quem. O que o pai vai pensar com isso? Não podemos mexer no que está dando certo, vamos apoiar, com certeza, essas emendas para que o nosso transportador não sofra mais do que já está sofrendo. Vamos apoiar para que o trânsito melhore, lá mesmo no Extremo-Sul, Rosane, que muitas vezes as pessoas me ligam dizendo que a estrada ruim. A Rosane trabalha no Extremo-Sul, onde as estradas são horríveis, não é fácil, e aí vai a manutenção do carro da escolar. Toda escolar, como todos sabem, se mantém em dia – isso tudo é gasto. Quando o carro vai para oficina e que tem que trocar peça, quem marcha, no bom sentido, é o transportador, é o dono da escolar. E ainda querem detonar mais ainda essa situação. Se depender de nós aqui, com certeza, votaremos a favor. Isso não é demagogia nem politicagem, é uma coisa, para quem me conhece, que é de coração. Vamos lutar juntos e vamos lutar juntos com a minha classe rodoviária, nossos cobradores continuarão. Um grande abraço a todos, fiquem com Deus!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente Mônica, senhoras e senhores vereadores, público que nos acompanha pela TVCâmara, bem como nas galerias. Hoje, nas galerias, temos fundamentalmente duas grandes categorias da cidade de Porto Alegre: os rodoviários, com quem eu já me comprometi, assim que terminar a sessão, que a nossa bancada, do PTB, vai recebê-los para conversar sobre o projeto que tramita na casa. Mas, nesse momento, nós estamos discutindo o projeto do transporte escolar. Antes de dar continuidade, eu queria fazer uma saudação especial ao meu colega, Giovane Byl, que assume hoje novamente aqui na Câmara Municipal. Esse menino, Ver. Aldacir Olibone, que tem 30 anos, Ver. Idenir Cecchim, teve dois partidos políticos. Nós temos 30 e tantos partidos políticos no Brasil. Eu, por exemplo, só tive dois até hoje, mas eu acho que é legítimo, com 30 e tantos partidos, Ver. Paulinho Motorista, até as pessoas fazerem opções. Então, eu queria aqui, além de registrar que o Giovane Byl hoje nos brinda na bancada do PTB, com cinco vereadores, é um menino que tem trabalhado muito na periferia, Ver. Cláudio Conceição e, com certeza, a partir de 2021 vai estar aqui ocupando uma cadeira como titular, porque assim o merece, tem trabalho para isso, sem demérito aos meus colegas todos que eu respeito muito. Mas,

voltando ao tema principal, que são os transportadores escolares – agradeço a esta categoria, com quem tenho uma afinidade muito de coração. Não quero citar nomes aqui, mas vou citar quem eu conheço há mais tempo, que é o Silvio Leal – está ali o Silvio Leal, que conheço há quase 30 anos. Ele tinha cabelo ainda quando nos conhecemos, sem demérito à Rosane e tantos outros que estão por aqui que são grandes amigos. Eu, com muita franqueza, Ver. Aldacir Oliboni, quando eles me procuraram eu disse: olha, nós estamos ajustando algo, Ver. Paulinho Motorista, que foi trocada a legislação federal, que trocou o transporte escolar para autorização. Eu disse para eles que o projeto, que é de autoria do Executivo, procura fazer alguns ajustes, Renata, dentro do que é o sistema de autorização. Eu lembro que a Renata, que tem formação jurídica, disse: “Mas talvez isso até possa cair na justiça depois”. Eu disse que era verdade, mas, de repente, ninguém contesta e dá uma segurança adicional para os atuais transportadores escolares. Se tem segurança para os atuais transportadores escolares, tem segurança adicional para as nossas crianças, para os nossos estudantes, que são conduzidos com muito carinho, com cuidado, muitas vezes, substituindo; aliás, muitas vezes não, sempre substituindo, Jaires, a presença do pai e da mãe que estão nas suas atividades profissionais e não podem conduzir os filhos de casa para o trabalho. O Ver. Paulinho muito fez isso lá na boleia do ônibus também, como muitos colegas aqui do Paulinho fazem, para aqueles que não conseguem ter o transporte escolar, no ônibus também.

Então, algumas emendas foram feitas. A gente sabe que um projeto não consegue ter 18 emendas aprovadas, Ver. Ferronato, quando tem 18 é porque tem muita coisa. Mas eu também estou acompanhando, Ver. Adeli Sell, em especial, Ver. Professor Wambert, e a organização dos transportadores que também estão em algumas coisas, recuando um pouco para poder, Ver. Pingo Vilar, ter aquilo que é essencial na visão geral da categoria. Então, eu creio, e o líder do governo, Ver. Mauro Pinheiro, tem ajudado muito nesse processo, está ali com a representação dos transportadores, com a EPTC, com a liderança do governo, com os técnicos do governo, para nós ajustarmos aquilo que é possível em termos das emendas; não serão as 18, mas nós queremos, talvez, se não tivermos um consenso, construir, Ver. João Bosco Vaz, uma maioria, e aqui já voltou Ver. Professor Wambert, que me sinaliza que já houve a construção e, se quiser se inscrever ou até apartear.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PROS): Sim, Ver. Cassio Trogildo, agora conseguimos acordo com a liderança do governo e vamos votar em bloco com a anuência do governo, com cinco emendas, cujo governo apoiará a aprovação delas.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Maravilha. Então eu creio que, agora, vamos construir no plenário essa maioria e quero já, de antemão, parabenizar primeiro os colegas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo prossegue sua manifestação, a partir deste momento, para discutir o PLE nº 027/19, por cedência de tempo do Ver. Luciano Marcantônio.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente, eu não vou usar mais cinco minutos, mas eu pedi o tempo do Ver. Luciano Marcantônio, rapidamente, aqui, só para dizer o seguinte: eu quero parabenizar, primeiro, os colegas vereadores que se dedicaram nessa matéria, em especial o Professor Wambert, o líder do governo, Mauro Pinheiro, Ver. Adeli Sell que teve emendas importantes de relator e que abriu mão de várias emendas e sustentou apenas uma para que pudéssemos ter acordo e votar rapidamente também esse projeto. Quero parabenizar, por final, a categoria dos transportadores escolares que, de forma ordeira, pacífica e compreensiva construiu aquilo que, com certeza, vai ser o aprimoramento da lei que o Executivo encaminhou para cá. Muito obrigado e um grande abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezada Presidente Mônica Leal, meus colegas vereadores e vereadoras, é verdade, João Bosco Vaz, o debate, os ajustes e os acordos estão bem construídos para nós resolvermos uma pendência dos transportadores escolares que não é de hoje – isso já dura dez anos. Eu lembro que há 10 anos foi feito aqui grandes debates para buscar a regularização, o reconhecimento. Eu quero aqui, Ver. Adeli, que representa o Partido dos Trabalhadores nesse diálogo e nessa construção, prestar a vocês uma homenagem, porque hoje eu fiquei muito feliz porque a minha filha passou no vestibular da UFRGS. E desde o primeiro ano de vida, no primeiro ano lá no Colégio Aplicação, com o Eduardo e os demais, ela vai e volta. Então há nove anos eu deposito uma confiança nos transportadores escolares. E não sou só eu; certamente eu falo aqui em nome da população de Porto Alegre, do reconhecimento. E nada melhor do que esta Câmara resolver isso de uma vez por todas. Não será ainda tudo aquilo que se quer, mas nós temos que buscar a proteção, Ver. Robaina, daqueles que trabalham, que se dedicam, que são organizados ou de auxiliar; não é facilitar, mas desburocratizar, reconhecer e respeitar.

Eu quero dizer que, em 2015/2016, nós fizemos o debate com os taxistas e dizíamos que o Uber vai quebrar os táxis em Porto Alegre. E aí está. Nós não podemos deixar que esse serviço de aplicativo venha quebrar um serviço em que Porto Alegre dá exemplo que são as lotações, que são os transportadores escolares. Então é isso que está em debate aqui, e nós temos que reconhecer.

Ver. ^a Mônica, eu queria fazer um repúdio ao que está acontecendo na Câmara nesse momento. Cumprimentei o major Osório, e a Câmara está cercada pela Brigada Militar e pela Guarda Municipal. Fazer isso é desnecessário porque aqui estão

os cobradores, que são trabalhadores; aqui estão os transportadores escolares, que são trabalhadores; aqui estavam os professores, que são trabalhadores. Não precisamos de todo esse aparato militar repressivo para discutir um tema da cidade. Eu vim aqui e quis falar para registrar isso. Há pouco veio aqui há uma pessoa de minha confiança me trazer um documento e, para entrar, levou mais de 40 minutos circulando. Tive que negociar com a estrutura da segurança para ele poder vir aqui me trazer um documento para eu assinar. Onde nós estamos? Não precisamos disso. Então eu quero registrar, em nome da nossa bancada, da oposição, o repúdio a essa estrutura. Nós temos que pegar a Guarda Municipal, toda a Brigada Militar e irmos à escola proteger as crianças, proteger aqueles que realmente... Não aqueles que vêm aqui defender os seus direitos. Dito isso dito, nós temos esse conjunto de emendas, talvez a gente vá até às 6 horas e pouco votando, porque nós não queremos votar o fim dos cobradores, assim como o governo quer aqui. Nós estamos resistindo, vamos resistir e vamos pedir a todos vereadores para aprovarem o projeto do transporte escolar e resistir para não deixar entrar em pauta a questão dos cobradores. Um grande abraço e boa luta.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Márcio Bins Ely está com palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mendes Ribeiro, na presidência dos trabalhos, quero cumprimentar os vereadores, vereadoras, público que nos assiste nas Galerias e pela TVCâmara e, especialmente, a representação do transporte escolar, daqueles que carregam nossas crianças e adolescentes com muito zelo, com muito cuidado. Mais uma vez, também, gostaria de cumprimentar a representação dos cobradores, em especial, que estão nos acompanhando com a presença ativa, participativa.

Quero, primeiramente, agradecer a comissão do transporte escolar que esteve visitando meu gabinete e que trouxe a preocupação com esta realidade que, hoje, enfrentamos, em Porto Alegre, com mais de 30 mil motoristas de aplicativo concorrendo, de maneira desleal, com o transporte escolar em Porto Alegre, sem nenhuma regulamentação, sem a exigência de pagamento de nenhuma taxa, sem a exigência de pagamento de GPS, sem a exigência de pagamento de nada. São 30 mil motoristas de aplicativo, nada contra os motoristas aplicativos, ao contrário. Entretanto o ditado diz assim: “O pau que bate em Chico bate em Francisco”. A regra deveria ser igual para todos. Então eu quero dizer que tive que destacar as minhas duas subemendas relativas à Emenda nº 01 e à Emenda nº 06. Quero cumprimentar aqui o Jaires, representando o sindicato, a Carmen também, no transporte há muitos anos, nós conhecemos, temos um apreço muito grande pelo trabalho de todos vocês, especialmente pelos que transportam também as nossas crianças excepcionais, tão

importantes quanto as crianças que não têm problemas, que não são portadoras de deficiência.

Quero dizer inicialmente que concordo com a manifestação do Ver. Camozzato, que faz uma emenda no sentido de tirar a taxa, retira o art. 8º. Entretanto, a sua emenda também não faz parte do bloco das emendas que serão aprovadas, pelo que eu percebi. Por isso fui obrigado a destacar a emenda do Ver. Wambert, que contempla, através da minha subemenda, uma redução no valor da taxa, que foi construída a seis, oito mãos, junto com uma delegação. E num primeiro momento concordaram num valor a menor, mas, mesmo assim, concordaram a contragosto, como estou dizendo e reiterando aqui: por que o aplicativo não tem que fazer vistoria nenhuma e não tem que ir lá à EPTC ver se o pneu está careca, ver se o cinto de segurança está funcionando, se o carro está em condições? E o regramento para escolar é na vírgula! O regramento para o táxi é na vírgula! Se tiver um milímetro fora, multa! Não aprova, não passa, tem que entrar na fila lá para fazer a vistoria, aquela confusão. Então, quero apenas aqui reiterar o nosso compromisso com o transporte escolar em Porto Alegre, assim como o Ver. Camozzato falou aqui que foi o usuário do sistema; também a minha filha usou muito, a família toda. Fiz então a Subemenda nº 01, reduzindo para 5 unidades financeiras a taxa de gerenciamento. O ideal seria que não tivesse a taxa; a Emenda do Ver. Wambert reduz a taxa, e nós reduzimos um pouquinho mais. Se der para tirar a taxa, melhor. Vamos acompanhar o Ver. Camozzato; se não der, vamos na nossa; e se não der, vamos na do Ver. Wambert, com a qual, em princípio, o governo já deu acordo.

A mesma coisa com relação à regulamentação do serviço com relação às infrações: a infração leve eu reduzo para 10 UFM; a infração média para 20 UFM; a infração grave, 30 UFM, e a proposta então do Ver. Wambert seria de 20, 40, 60. Nós reduzimos pela metade as infrações, até porque hoje em dia ninguém mais aguenta pagar multa. E não é a intenção...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): ...Para concluir aqui, presidente dos trabalhos Ver. Mendes Ribeiro, o nosso esforço aqui de compreender uma dificuldade enorme no transporte escolar em Porto Alegre, muitas pessoas perdendo passageiros para os aplicativos. E ainda por cima tomar uma multa? Vamos reduzir a multa, vamos fazer algo de bom senso, a bom termo. A multa é para educar e não para punir; é nesse sentido que são protocoladas as nossas duas emendas. Peço então aqui vênia por ter usado o tempo e agradeço a atenção de todos. Muito obrigado. Boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely. O Ver. Airton Ferronato está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Mendes, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco, cobradores do transporte coletivo por ônibus e nossos transportadores escolares. Eu estava até disposto a falar pouco ou quase nada, mas ouvindo manifestações eu venho à tribuna para dizer que voto favoravelmente ao projeto, assim como já falou o Ver. Paulinho Motorista. Agora, tenho alguma resistência com algumas manifestações, principalmente daqueles vereadores liberais que dizem que não precisa regulamentação nenhuma. Está errado! É preciso regulamentação, até para garantir e definir como será a autorização. Esta autorização é boa, viabiliza a transferência, inclusive. E deixar numa tábua rasa, daqui a pouco o poder ficar só nas mãos do prefeito e do presidente da EPTC. Garantias mínimas, temos que ter. Vocês acompanharam quando votamos aquela lei que regulamentava os aplicativos. Foi uma gritaria só; passaram a nos chamar de incompetentes, irresponsáveis, arcaicos e atrasados. Hoje, a cada três, quatro meses, eles estão aqui pedindo mais regras, mais regras! Portanto eu registro aqui a necessidade de alguma regulamentação pelo bem do transporte coletivo e dos usuários. Estou aqui na Câmara há 30 anos – dos que estão aqui somos os mais antigos. Nunca se ouviu falar de um acontecimento, de um de um acidente mais grave, sequer médio, com relação a vocês, transportadores. Eu tenho minha filha; meu filho, hoje já no final dos estudos; tenho filha de 14 anos, que está ainda com transporte. E quero cumprimentar pelo belo trabalho que se desenvolve aqui.

Vereador Felipe Camozzato (NOVO): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado pelo aparte, brevemente apenas fazer um reparo. Acredito que nenhum vereador liberal defendeu que não exista nenhuma regulamentação. Dissemos muito claramente que acreditamos já haver regulamentação. Muito obrigado.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Eu vou dar uma lida, rápido, na Emenda nº 05, que diz assim: (Lê.) “O Decreto que vier a regulamentar esta Lei fixará obrigações e critérios relativos, entre outros, à operação, ao padrão do veículo, à identidade visual e transportadores, à vistoria veicular, à vida útil e ao cadastro dos veículos, condutores e autorizatários”. Ver. Wambert, com essa emenda, nós estamos dando uma carta branca para o Executivo - ele vai dizer: padrão de veículo, operação, identidade visual de transportadores, vistoria, vida útil. Acredito que no projeto temos já escrito algumas coisas muito mais importantes do que esta emenda. Apenas para exemplificar, eu quero registrar a seguinte situação: a Emenda nº 12, para mim, é perigosíssima, contra a categoria. O projeto, na Seção I, Art. 5º, § 1º (Lê.): “O Município delegará às pessoas físicas ou jurídicas, as autorizações para o serviço de Transporte Escolar (...) pelo prazo de até 60 (sessenta) meses [cinco anos], prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos (...)”. Pode ser cinco mais cinco, dez; mais cinco,

quinze; se nós botarmos uma regra única, eu acredito que o Executivo fica autorizado a liberar ou a tirar, daqui a pouco. Outra emenda que eu também acho perigosa é a Emenda nº 17, pois suprime o § 2º do art. 7º do projeto, que diz que em caso de evento que impossibilite a manutenção de carteira do titular, é facultado ao autorizatário requerer à EPTC que coloque o prefixo à condutora auxiliar. É muito mais seguro ter um auxiliar do que tirarmos essa regra e daqui a pouco se perde a condição de portar a CNH; quem é que vai dirigir? E o que que vai fazer o Executivo? Vai retirar a autorização de vocês. Portanto muita emenda pouco debatida, eu acho que é demais e, daqui a pouco, no afã de auxiliar, pode prejudicar bastante a todos, mas vamos ouvi-los.

Não recebi nenhuma visita de vocês para falar mais detalhadamente sobre...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado Ver. Aírto Ferronato. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (MDB): Obrigado, Ver. Mendes, Presidente desta sessão; colegas vereadores, público que nos assiste, nós estávamos ali com o Tiago, que também é transportador dos transportes escolares, e efetivamente nós estamos tentando entender a motivação pela qual hoje os proprietários de transporte escolar querem que o Município limite, gerencie, coordene toda atividade privada de vocês. Entendemos da importância do poder público em diversas áreas – diversas! –, como, por exemplo, na saúde, na educação, na segurança, no saneamento, nas ruas, Comassetto, mas não interferindo na livre iniciativa dos agentes econômicos. O projeto tem 21 artigos, Ver.^a Lourdes, e 18 emendas. Não tem como dar certo! Se fosse um bom projeto, ele não teria tantas emendas quanto o número de artigos que ele tem. Todos os que me antecederam disseram que através das emendas, Ver. Wambert, estará corrigido o projeto.

Sabemos da importância de se ter um transporte escolar com segurança para as crianças e para os adolescentes, mas também sabemos que existe uma regulamentação federal que impõe regras, que limita e que define o que deve ser utilizado e o que não pode acontecer. Nós tivemos essa experiência com os taxistas aqui. Fizemos vários alertas, e, mesmo assim, eles quiseram aprovar um projeto muito parecido com o de vocês, que, ao fim e ao cabo, limitou de tal forma que hoje eles quase pedem aqui: “Por favor, retirem” – não pode mais, porque é lei. Vocês estão transformando, efetivamente, a Prefeitura Municipal num cartório que vai regulamentar, a partir da aprovação deste projeto, da forma que bem entender.

Conversando com o Tiago, que saiu das galerias, ele me dizia: “Mas os carros não têm uma idade mínima”. *O.k.*, a idade pode ser um ano, a idade pode ser dois, a regulamentação não vai ser feita nesta Casa, vai ser feita pelo prefeito Marchezan ou por outros que vierem. Eu venho aqui para dizer que nós queremos um

transporte escolar com qualidade, com segurança – vocês veem que os vereadores aqui estão interessados em entender a motivação pela qual alguns são a favor e outros são contra –, para que nós possamos fazer com que Porto Alegre tenha o melhor transporte escolar. Nós perguntávamos: o que melhora neste projeto? A única coisa que recebi até agora foi a idade do transporte, do veículo em si. Depois de eu descer daqui, repassem-me outras mudanças que vão acontecer, porque, efetivamente, eu não conheço, ou eu posso estar fora aqui, de Porto Alegre, pelo jeito, de reclamações a respeito dos transportes escolares por parte dos pais (Palmas.), que são quem faz a ligação direta com vocês. O pai que não está satisfeito, ele vai colocar o seu filho em outro transporte escolar – esta é a livre iniciativa da economia. Vocês querem estrangular, nós queremos quanto mais livres, apesar de que já existe toda uma regulamentação federal, que vocês possam trabalhar com segurança e dentro do preconizado na legislação federal...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para discutir o PLE nº 027/19.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sr. Presidente Mendes Ribeiro, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos que nos visitam e que nos veem pela TVCâmara; eu sei que está adiantada a hora, mas isso é uma luta; é uma luta sadia, mas é uma luta. E nós temos de estar presentes para lutarmos juntos. A minha relação, tanto com uma classe quanto com a outra classe, não é só envolvida de observação política e de prestação de serviço, tem afeto envolvido nisso. Por exemplo: eu chego aqui hoje e encontro dois amigos queridos trabalhando nisso, a Leila e o Wanderlei, meus queridos. Encontrei, há pouquinho tempo, a Eliane Dias, que eu tive o prazer de fazer um parto cesáreo nela, nascendo dois nenezinhos, um par de gêmeos. Então, vocês imaginem, se eu não tenho que me debruçar sobre esta causa, que não é tão difícil quanto a causa dos nossos queridos cobradores, mas também queria, por exemplo, que se preferia interditar, através de algum interesse maior, o futuro dessa classe. Eu acho que o artigo 7º é o mais importante, que o Wambert refez, garantindo que, por desaparecimento de trabalho ou por morte, possa continuar a haver a descendência da passagem, essa combinação que existe entre o governo e esse grupo. Quero me lembrar também do meu querido amigo que vem buscar o meu filhinho há 16 anos todos os dias de manhã, menos sábados e domingos, e nós entregamos a ele como se ele fosse uma pessoa da nossa família. É importante essa conversa, a gente tem confiança nessa classe. Nós estamos aqui para lutar junto com vocês e para conseguir tudo o que quiserem através das emendas que o Adeli Sell e o Wambert fizeram. Um beijo e um abraço querido para vocês.

Meus amigos, queridos cobradores, não é menos importante a relação que tenho com o grupo. A minha socióloga do gabinete, Simoninha Balsamo, é casada com um cobrador e trabalha comigo há 23 anos. Que maravilha! Eu sei muito bem como é a vida do cobrador, o que é que passa, os perigos que passa, o risco que passa, o excesso de trabalho, de manhã, de tarde e de noite. Eu acompanho de perto isso. Estaremos sempre juntos ao lado de vocês, estaremos ao lado nessa luta. Imagino que na conversa que a gente vai ter nas próximas horas, nos próximos momentos, a gente tome atitudes políticas que possam defendê-los. Outro dia, ia um ônibus na frente, ele subiu devagarinho sobre o canteiro e disse o meu motorista Adriano, meu querido parceiro, meu companheiro de luta: “Chefe, olha só o que é que vai acontecer, algum fenômeno”. De fato, parou o ônibus em cima do canteiro, e desceu correndo o cobrador com uma pessoa no colo, levando para o SAMU, que estava chegando ao mesmo tempo. Eles se combinaram, o ônibus e o SAMU. Que maravilha, que cuidado que teve com a população. Desceu com aquela pessoa abraçada em seus braços e levou para o SAMU, que vinha chegando. Enquanto isso, o motorista estava preparado para retirar o carro logo em seguida, para não atrapalhar o trânsito. Vivam as duas classes! Vitória total!

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 20, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE nº 027/19.

Apregoo a Emenda nº 21, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLE nº 027/19.

Apregoo Subemenda nº 01, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, à Emenda nº 21 ao PLE nº 027/19.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Ricardo Gomes, solicitando que seja votada em destaque a Subemenda no 01 à Emenda nº 21 ao PLE nº 027/19.

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 20 e 21 ao PLE nº 027/19

Apregoo e defiro o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nºs 01 e 06 e suas Subemendas ao PLE nº 027/19.

Em votação a Emenda nº 01 ao PLE nº 027/19. (Pausa.)

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, nós - os vereadores Adeli Sell, Professor Wambert, Cassio Trogildo, Idenir Cecchim, de vários partidos - conversamos com os representantes do transporte escolar, conversamos com secretário Rodrigo Tortoriello, e chegamos aqui num acordo para fazer dois blocos de emendas, só ficando fora as Emendas nºs 20 e 21, do Ver. Felipe Camozzato, que entraram depois do acordo para o bloco. Seriam dois blocos: o primeiro bloco seria

formado pelas Emendas nºs 01, 02, 04, 05, 06, 07, 13 e 18. No outro bloco as demais emendas e, depois, fora dos blocos, a Emenda nº 20 e a Emenda nº 21. Seriam dois blocos e mais as duas emendas destacadas, a Emenda nº 20 e a Emenda nº 21. Isso teria acordo dos vereadores tanto de oposição, situação, independentes...

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O nosso problema são as emendas destacadas, a Emenda nº 01 e a Emenda nº 06. Estão destacadas e não entrariam no bloco.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): A ideia era votar os dois blocos de imediato. Eu faço um apelo ao Ver. Márcio, a gente sabe da sua maior boa vontade de contribuir, mas esse é um acordo que foi feito, inclusive, com os representantes, vereador.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada de destaque da Emenda nº 01 e da Emenda nº 06 ao PLE nº 027/19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Professor Wambert. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Presidente, esse é um bloco que foi construído junto com o pessoal ali, eles concordaram que em um bloco votaremos “sim” e no outro bloco votaremos “não”, em acordo com os representantes das escolares.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT) (Requerimento): Solicito a retirada de destaque da Emenda nº 01 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 01; da Emenda nº 06 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 06, ao PLE nº 027/19.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.** Conforme acordo dos líderes, esta presidência faz um Requerimento solicitando a formação do bloco 1 composto pelas Emendas nº 01, nº 02, nº 04, nº 05, nº 06, nº 07, nº 13 e nº 18 ao PLE nº 027/19. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Conforme acordo dos líderes, esta presidência faz um Requerimento solicitando a formação do bloco 2 composto pelas Emendas nº 03, nº 08, nº 09, nº 10, nº 11, nº 12, nº 14, nº 15, nº 16, nº 17 e nº 19 ao PLE nº 027/19. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Emenda nº 20, destacada, ao PLE nº 027/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado, Presidente Mônica; saúdo todos novamente. Vou falar brevemente sobre o que se trata a Emenda nº 20: basicamente ela visa a extinguir a TGO, fazer com que não haja possibilidade de cobrança de qualquer taxa, por parte dos empreendedores, uma vez que ele já são tributados, já são empresas que operam, já tem a legislação federal, já tem o Código Brasileiro de Trânsito, enfim, não precisamos instituir uma taxa que pode, inclusive, ter caráter discricionário por parte do Executivo, já que ela pode ser modificada por decreto – nós queremos retirar, assim como hoje nós já defendemos, e não está vigendo a TGO também para os aplicativos de transporte. Então queremos dar igualdade de condições para competir. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 20, destacada, ao PLE nº 027/19.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Serei breve, Presidente. Esta emenda do Ver. Camozzato prejudica a Emenda nº 01, de minha autoria. E eu fico muito satisfeito se prejudicar, porque essa taxa não deve ser cobrada; então, vereador, votarei favoravelmente a emenda, em prejuízo da minha. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 20, destacada, ao PLE nº 027/19.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Obrigado, Sra. Presidente. Serei muito breve também, na linha do que disse o Ver. Wambert; primeiro, esta emenda exclui do projeto a cobrança da Taxa de Gerenciamento Operacional - TGO, que o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já disse que é inconstitucional, volta para a Casa para a gente votar de novo. Então, parabéns pela emenda, vamos apoiá-la. Não vejo sentido em cobrar uma taxa para, diga-se de passagem, um serviço que já paga ISS em Porto Alegre, paga imposto – seria uma bitributação.

Segundo, eu volto a fazer um apelo. O Ver. Mauro Pinheiro, hoje pela manhã se referiu a um projeto que tratava do uso das empenas cegas nos edifícios e disse que o projeto merecia uma audiência pública antes de ser analisado, porque era importante, porque tinha reflexos na cidade. Ora, se aquele que trata de coisas merece uma audiência pública, este que trata de pessoas, de crianças, este, sim, merecia uma audiência pública para que nós pudéssemos nos apropriar profundamente. Eu faço um

apelo sincero, não é de qualquer mesquinhez com o projeto. Já disse aqui: votamos o projeto do Uber que tinha mecanismos de regulação; votamos o projeto dos táxis que tinha mecanismos de regulação, então, não estou fazendo aqui um argumento liberal, purista, como até gostaria de fazer, de que não aceito qualquer regulação, até porque muitas já existem na legislação vigente. Estou fazendo um apelo para que se possa fazer um debate mais profundo, avaliando cada aspecto desta lei para que não aconteça o que aconteceu no projeto dos táxis. O que é que aconteceu? Votou-se um projeto com os taxistas enchendo as galerias, metade do projeto foi regulamentado, a metade que era prejudicial aos taxistas; a metade que era boa para eles o governo não regulamentou, não entrou em vigor até agora. Piorou para os taxistas! Nós os recebemos três vezes na Comissão de Constituição e Justiça reclamando. O prefeito só regulamentou o que era ruim para os taxistas. Eu não gostaria de submeter esta categoria ao calvário que os taxistas de Porto Alegre estão passando, por isso, eu faço um apelo: que possamos esperar. Uma pessoa me disse que este projeto está em gestação há quatro anos, em reuniões entre o sindicato e a EPTC. Pergunto: se os senhores tiveram quatro anos para analisar e escrever o projeto, por que é que nós tivemos dez dias para nos apropriarmos e votá-lo? Parece-me uma injustiça, e pedir que os vereadores o aprovem ou reprovem é um risco. Eu, nas condições em que estou, aprovo as emendas, mas voto contra o projeto, quero deixar isso muito claro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Emenda nº 20, destacada, ao PLE nº 027/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 11 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 021, destacada, ao PLE nº 027/19. (Pausa.) O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Obrigado. Muito embora eu tenha insistido que a Emenda nº 20 poderia dar igualdade de competição retirando a TGO, aceito a derrota, muito embora discorde. A Emenda nº 21 retira o poder discricionário do Executivo de dizer quem pode e quem não pode trabalhar, em rol de regramentos que ainda são desconhecidos e incertos, porque, afinal de contas, vai ser Executivo, por meio de decreto, que vai determinar se haverá detector de digitais para poder ativar o carro, como fizeram para os táxis; se haverá exame toxicológico obrigatório, igual ao que tentaram fazer para os táxis, se haverá obrigação de transferência de dados de corridas para os passageiros e para a Empresa Pública Transporte e Circulação, como fizeram para os táxis; se vai ter, por exemplo, limite de idade veicular de 1, 3, 5, 7 anos, como fizeram para os táxis. E vai abrir, para que, por decreto, todos esses exemplos possam ser regulados a bel-prazer do prefeito ou da EPTC, o que eu acho temerário. E por isso eu tiro, por meio da Emenda nº 21, esse poder discricionário do governo Municipal em dizer quem pode e quem não pode

trabalhar, voltando a ser um contrato entre as partes privadas: empreendedores e seus clientes. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 21, destacada, ao PLE nº 027/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 06 votos **SIM** e 26 votos **NÃO**. Declaro prejudicada a Subemenda nº 01 à Emenda nº 21 ao PLE nº 027/19.

Em votação o bloco nº 1, formado pelas Emendas nºs 01, 02, 04, 05, 06, 07, 13 e 18 ao PLE nº 027/19. Importante registrar que o encaminhamento, agora, é global das emendas não destacadas e do projeto. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PL): Colegas Vereadores e Sra. Presidente, só para relatar que esse bloco de emendas foi de um acordo entre o governo e a categoria. Quero agradecer o Ver. Mauro Pinheiro, que, com muito boa vontade, em nome do governo, sentou com a categoria, cedeu. São oito emendas neste bloco – oito emendas – que alteram substancialmente o projeto; uma delas, colegas vereadores, que é Emenda nº 07 - que eu vou destacar aqui para falar dela -, o projeto proíbe a transmissão da possibilidade de prestar o serviço, então, a Emenda nº 07 libera para que parentes próximos ou aquele que aquele autorizatário permitir possam prestar o serviço para o ganha-pão da família. É um serviço privado que se, por incapacidade, perda da carteira ou por algum outro motivo qualquer, o motorista não puder mais conduzir, a família dele estará condenada a morrer de fome. Então, apelo para a sensibilidade de todos, de todos, mesmo daqueles que são contra o projeto, que aprovelem as emendas, porque as emendas atenuam o excesso de regularização que tem sobre a categoria e sobre o serviço. Mais uma vez, Ver. Mauro Pinheiro e Ver. Moisés Barboza, muito obrigado ao governo, à EPTC, que cedeu e deu a possibilidade de nós fazermos o acordo. Muito obrigado. Encaminho pelo voto “sim” e peço que os colegas acompanhem o voto “sim”. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do bloco nº 1 ao PLE nº 027/19 e do próprio projeto.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica, colegas vereadores e vereadoras, cobradores, cobradoras, transportadores escolares, é muito importante que nós tenhamos chegado, neste dia, neste momento, a um grande acordo. O projeto tinha inúmeros problemas, com já falamos anteriormente, ele veio sem exposição de motivos, nós rediscutimos, fizemos uma discussão na CCJ, tivemos um grande acordo e, hoje,

nós, com a diferença que existe entre várias opiniões aqui, chegamos a pontos em comum.

Então, em meu nome, como relator, e da minha bancada – Marcelo Sgarbossa, Aldacir Oliboni, Engº Comassetto -, queremos dizer “sim” a este bloco de emendas, e vamos estar acompanhando a aplicação da legislação. E também, em respeito ao Ver. Camozzato que alertou sobre algumas questões futuras, nós vamos estar juntos fiscalizando, já alertei a categoria, nós não queremos ter nada que possa atrapalhar. Porque, aqui, eu disse ao Ver. Mauro que nós estamos fazendo um acordo, disse isso ao Ver. Cassio Trogildo, disse a outros vereadores. Caminhamos bem, agora que caminhamos bem daqui para frente também. Pela aprovação do bloco do acordo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Cassio Trogildo está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco nº 1 ao PLE nº 027/19 e do próprio projeto.

VEREADOR CASSIO TROGILDO (PTB): Presidente, muito rapidamente porque estamos já todos cansados, mas eu não poderia deixar de registrar o voto favorável da bancada do PTB que hoje conta com cinco vereadores, esse Ver. Cassio Trogildo, Giovane Byl, Dr. Goulart, Paulo Brum e Luciano Marcantônio, parabenizar o conjunto dos vereadores que conseguiram construir uma solução possível, Ver. Mendes Ribeiro, que não era nem o projeto original nem aquilo que os transportadores escolares queriam na sua integralidade, mas que foi o possível, Ver. Moisés Barboza, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, e em especial aos vereadores Adeli Sell, Professor Wambert, Márcio Bins Ely e Felipe Camozzato, que apresentaram emendas. Por fim, mais uma vez, parabenizar a categoria dos transportadores escolares que com certeza vão sair daqui, sim, com uma vitória, e mesmo que tenha outros capítulos, Ver. Ricardo Gomes, é uma vitória da categoria, da organização, da presença, e com certeza da segurança para as nossas crianças e jovens que são transportados por eles todos os dias, substituindo os pais e as mães que tem outras obrigações. Eles são verdadeiros segundos pais e segundas mães que conduzem os nossos filhos e os nossos jovens para a escola diariamente. Parabéns, um grande abraço, e pela aprovação do bloco e do projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Vereador Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco nº 1 ao PLE nº 027/19, e do próprio projeto.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Mônica Leal, na pessoa de vossa excelência cumprimento demais vereadores e vereadoras, público que

nos assiste nas galerias e pela TV Câmara. Senhoras e senhores, em especial à representação de transportes, também a representação dos cobradores, a imprensa que acompanha também aqui atentamente as votações nessa tarde de trabalho, aliás neste dia inteiro de trabalho, porque estamos aqui desde a manhã com sucessivas extraordinárias que estão sendo convocadas para vencer a pauta até o fim do ano. Quero apenas aqui fazer uma constatação de que retirei os destaques das subemendas para colaborar com a aprovação em bloco destas emendas, uma vez que foi dado o acordo para votar em bloco a aprovação das emendas. O que não quer dizer que nós não vamos batalhar para também aprovar as subemendas. Então, as subemendas não estão nem no bloco das rejeitadas, nem no bloco das aprovadas. Por isso que fiz aquela ponderação e achava oportuno, importante, que nós pudéssemos tirar a taxa, corroborando aqui com a iniciativa da Ver. Camozzato, mas não foi possível. Não foi possível, mas ainda é possível diminuirmos o valor da taxa, e isso se faz se aprovarmos as emendas. Em aprovando as emendas em bloco, que acredito que serão votados por unanimidade, teremos a oportunidade, a partir da aprovação das subemendas, o que não quer dizer que aprovando as subemendas, não estamos cumprindo o acordo. Ao contrário, estamos facilitando o acordo e a aprovação em bloco das emendas, retirando os destaques. Mas não quer dizer que por retirar os destaques, não estaremos aqui, num momento subsequente à aprovação das emendas, trabalhando para aprovação das subemendas, porque são benéficas à categoria. Mesmo que a categoria do transporte escolar, Ver. Mauro Zacher, tenha dado acordo para aprovar as emendas. E quero louvar aqui o Ver. Wambert, que já traz uma redução significativa do valor, especialmente, da taxa e das multas, nós entendemos que, mesmo assim, está muito caro ainda. Esse tipo de cobrança mensal fixa para o transporte escolar, não se justifica. Como eu falei aqui, nós temos 30.000 motoristas de aplicativo em Porto Alegre, que não pagam taxa. “Ah! Mas não é uma permissão, não é uma autorização”, porque agora legislação evoluiu de permissionários para uma autorização. Tudo bem, mas tem que pagar taxa! Como o próprio Ver. Valter Nagelstein, que citou aqui o Uber, o Cabify, enfim, os aplicativos, a eles não se aplica taxa, por que que nós vamos aplicar a taxa ou uma alta taxa para o transporte escolar que carrega nossas crianças, que carrega, muitas vezes, uma criança excepcional, os nossos filhos adolescentes. Por que nós não cobramos nada do aplicativo e vamos taxar o escolar? Bom se já entendemos e aprovamos que vamos taxar o escolar, vamos reduzir um pouco o valor, vamos dar uma força. O pessoal está perdendo passageiro para o aplicativo, qualquer valor de redução num mês pode representar bastante. Vamos fazer esse esforço, vamos trabalhar pela aprovação do bloco das emendas, cujo apoio foi consensuado, e no momento subsequente, até porque não terei mais outra oportunidade para encaminhar, peço aqui, sim, o apoio dos nobres pares para, na sequência, estarmos aprovando as duas subemendas que reduzem o valor das multas e o valor das taxas. Peço uma atenção especial, um esforço e a sensibilidade do governo em fazer um gesto no sentido de estendermos a mão para o escolar, Ver. Mauro Pinheiro, fazendo essa pequena concessão, reduzindo um pouquinho, sim, o valor dessa taxa e o valor das multas que estão programadas para ser aplicadas. Pela

atenção, muito obrigado, espero que possamos construir mais este consenso nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco nº 01 ao PLE nº 027/19 e do próprio projeto.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, senhoras e senhores, talvez não seja a posição do meu partido – do Ver. Idenir, da Ver.^a Lourdes Sprenger, da Ver.^a Nádia e do Ver. Mendes Ribeiro –, mas eu preciso reiterar aquilo que eu falei, por coerência, na primeira vez: acho que as emendas diminuem o impacto, portanto elas, sob um aspecto, são boas, mas eu discordo da TGO. Então não me sinto à vontade para voltar, especialmente a Emenda nº 01, porque eu acho que não tinha que ter Taxa de Gerenciamento. Eu acho, primeiro, que essa questão foi julgada, mudando o que precisava ser mudado, na justiça do Estado do Rio Grande do Sul que, no caso dos aplicativos, derrubou a cobrança da TGO. Dois, nós já pagamos IPVA, e o IPVA é compartilhado, o imposto, com os municípios, e o valor desse compartilhamento serviria em parte para se colocar recurso para fazer a manutenção das ruas e em parte para sustentar o trânsito. Três, nós já pagamos um valor absurdo de multas em Porto Alegre, e essas multas vão para um fundo que, como eu disse para vocês, no início deste governo saiu de R\$ 25 milhões e hoje está em R\$ 70 milhões. Essa multa é tirada do trabalho suado do trabalhador. É óbvio que tem alguém que comete infração, ninguém aqui é ingênuo; mas eu tenho dito há muito tempo que acho que tem multas que são abusivas, tem multas que são mal aplicadas. Além disso, tem um princípio que eu considero equivocado, que é o princípio da boa-fé do agente, da presunção da verdade do agente de trânsito contra o princípio da boa-fé do cidadão. Então, por essas questões, eu não me sinto à vontade de votar favoravelmente; embora eu saiba que a maior parte de vocês quer que eu vote. Eu peço que vocês compreendam essa posição. De novo, talvez, não seja do meu partido, mas mesmo que vocês queiram que vote favoravelmente, eu estou votando contrário não contra vocês, mas a favor de um princípio em que eu acredito, que não deveria ser cobrada a taxa de administração de vocês; assim como eu acho que não deveria ser cobrada a taxa de administração do transporte coletivo; assim como eu acho que já existe peso demais do Estado em cima da gente. Tem que ter menos peso, tem que sobrar mais dinheiro no bolso do cidadão para poder ir ao supermercado, para poder até pagar o transporte escolar dos seus filhos. Era isso, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Bloco nº 01 ao PLE nº 027/19 e do próprio projeto.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): A minha última fala eu fiz em um minuto e meio, pretendo repetir, Ver. Cassio. Eu valorizo o que disse o Ver. Valter Nagelstein, concordo que não deveria haver taxa alguma, não deveria haver também no transporte coletivo taxa alguma, isso encarece, isso dificulta também que a gente consiga ter um custo menor de transporte. Sim, eu sou a favor do projeto dos cobradores, eu não tenho medo de me posicionar com relação a isso. Aliás, grito nenhum de galeria nenhuma – eu já fui ameaçado de morte por galeria aqui – me fez mudar de posição, porque eu tenho convicção, e os meus colegas conhecem isso, podem discordar de mim, eu não ofendo ninguém aqui pessoalmente, eu trato a divergência com o respeito e a cordialidade que a democracia merece. Agora, votarei – divirjo do Valter nessa posição – a favor do bloco, porque ainda que eu tenha sido derrotado, eu prefiro um mal menor do que um Estado ainda mais pesado nas costas dos empreendedores. Mas eu lamento muito não ter podido ter a compreensão de não ter uma obrigação que nem a taxa que foi agora sancionada. Nós estamos apenas dosando o veneno para que seja menor. Eu espero muito que a aprovação desse bloco e a confiança que vocês, que construíram esse acordo com o governo tiveram, seja, de fato, espelhada na forma de tratamento respeitoso que o governo terá para com vocês e que nós não vimos na questão dos táxis. Eu espero que vocês não retornem à Câmara frustrados por terem acreditado em promessas vazias como nós já vimos acontecer aqui nas nossas comissões. Eu espero, porque, assim como eu disse na minha fala inicial, eu gostaria de poder estar legislando a menor burocracia possível, o menor custo possível para que a gente pudesse ter mais liberdade para ofertar os melhores serviços possíveis para a nossa população. Então, eu encaminho o voto a favor, mas com essas qualificações, essas restrições colocadas. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Bloco nº 01, composto pelas Emendas nºs 01, 02, 04, 05, 06, 07, 13 e 18 ao PLE nº 027/19 e o próprio PLE nº 027/19. (Pausa) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 01 ao PLE nº 027/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 12 votos **SIM** e 20 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Subemenda nº 01 à Emenda nº 06 ao PLE nº 027/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 15 votos **SIM** e 17 votos **NÃO**.

Em votação o Bloco nº 02, composto pelas Emendas nºs 03, 08, 09,10,11,12,14,15,16,17 e 19. (Pausa.) Os Vereadores que o rejeitam, permaneçam

como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO** com votos favoráveis dos Vereadores Engº Comassetto, Mendes Ribeiro, Ricardo Gomes, e Comandante Nádia.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o PLE nº 027/19. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 27 votos **SIM** e 05 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Apregoo a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Felipe Camozzato, ao PLL nº 092/18. Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Felipe Camozzato, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLL nº 092/18 à apreciação das Comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que o PLL nº 092/18 seja a segunda matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão, à tarde.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Bosco Vaz. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ricardo Gomes. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Onze vereadores presentes. Não há quórum.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h57min.)

* * * * *